

Todos os dias são furtadas quatro armas em Portugal

Todos os dias quatro armas são furtadas ou extraviadas em Portugal. A revelação foi feita, na sexta, em Lisboa, pelo secretário de Estado da Administração Interna, Rui Sá Gomes.

Numa audição pública promovida pelo Observatório sobre Produção, Comércio e Proliferação de Armas Ligeiras, da Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP), intitulada “Armas e violência: um retrato português”, Rui Sá Gomes adiantou que a maior parte das armas ilegais em Portugal são provenientes de furtos ou extraviadas.

O governante fez também um balanço da actividade das forças de segurança para detecção de armas ilegais em 2008, referindo que foram apreendidas entre Janeiro e Outubro do ano passado, pela PSP e pela GNR, “3933 armas ilegais, 68% das quais armas de fogo”. A maioria das armas apreendidas são armas de caça transformadas, explicou.

Das 3933 armas, 30% foram apreendidas em operações especiais e o restante em operações rotineiras, adiantou.

Rui Sá Gomes disse ainda que “em 2008 as forças de segurança realizaram 304 operações especiais de detecção de armas em Lisboa, Porto, Setúbal, Coimbra, Viseu e Faro”.

O Observatório sobre Produção, Comércio e Proliferação de Armas Ligeiras, promotor daquele evento, é um organismo da Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP), entidade laical que funciona junto da Conferência Episcopal Portuguesa e que foi criada com a



finalidade de “promover e defender a Justiça e a Paz”.

A CNJP actua sob a sua própria responsabilidade, não vinculando a hierarquia católica às suas actividades e tomadas de posição.

No final da audição pública com o tema “Armas e violência: um retrato português”, o secretário de Estado disse aos jornalistas que a meta do Governo é “reduzir a existência de armas ilícitas em Portugal” e o controlo do comércio ilegal. As ordens dadas às Forças de Segurança é que “prosseguiam e intensifiquem” o combate, adiantou.

No entanto, sustentou que o combate à criminalidade não se faz apenas com acções de “prevenção e repressão”, mas também com “uma resposta multifacetada” de intervenção nos bairros e da rede social. Rui Sá Gomes justificou o atraso da aprovação no parlamento da alteração à Lei das Armas com o facto de ser uma

legislação “complexa” que exige ouvir “muita gente”.

“Demorou o tempo que os deputados entenderam”, disse, mostrando-se esperançado que “rapidamente seja aprovada”.

O governante acrescentou que os deputados estão a trabalhar nas alterações à lei, que classificou como “um bom instrumento” no combate à criminalidade.

Anunciada em Agosto de 2008 pelo ministro da Administração Interna, Rui Pereira, a alteração à Lei das Armas prevê a aplicação da prisão preventiva nos casos de crimes envolvendo uso de armas.

Armas ilegais

Ninguém sabe, ao certo, quantas armas ilegais existem no país. No entanto, esse levantamento já está a ser feito pelo Núcleo de Estudos para a Paz, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

O estudo intitula-se

“Violência e armas ligeiras: Um retrato português”, e está a ser coordenado por José Manuel Pureza, que também esteve presente na audição pública, dando já alguns indicadores. Este trabalho está a ser elaborado em colaboração com uma organização não-governamental brasileira - a Viva Rio -, que realizou trabalho semelhante no Brasil, recorrendo a um método “muito fiável de estimativa”.

De acordo com José Manuel Pureza, em Portugal existem cerca de 1400 mil armas registadas e estima-se que a quantidade de armas ilegais seja semelhante. Um número considerado “muito elevado”, referiu, tendo em conta os cálculos mundiais, segundo os quais, existirá, no Mundo, uma arma para cada dez pessoas. Em seu entender, a melhor maneira de controlar as armas ilegais é ter o controlo das legais, pois é a partir destas que surgem as outras.